

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
INSTITUTO DE LETRAS

VANESSA ALVES FELIX

**QUEM FOI A PÁTRIA QUE ME PARIU?
A IMPORTÂNCIA DAS LITERATURAS AFRICANAS PARA A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO BRASILEIRO**

PORTO ALEGRE

2013

VANESSA ALVES FELIX

**QUEM FOI A PÁTRIA QUE ME PARIU?
A IMPORTÂNCIA DAS LITERATURAS AFRICANAS PARA A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO BRASILEIRO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Letras, da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como requisito à obtenção de Licenciatura Plena em Língua Portuguesa e Literaturas de Língua Portuguesa.

Orientadora: Professora Doutora Ana Lúcia Liberato Tettamanzy.

PORTO ALEGRE

2013

VANESSA ALVES FELIX

QUEM FOI A PÁTRIA QUE ME PARIU?
A IMPORTÂNCIA DAS LITERATURAS AFRICANAS PARA A
CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO BRASILEIRO

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Instituto de Letras, da
Universidade Federal do Rio Grande do Sul, como
requisito à obtenção de Licenciatura Plena em
Língua Portuguesa e Literaturas de Língua
Portuguesa.

Orientadora: Professora Doutora Ana
Lúcia Liberato Tettamanzy.

Aprovado em 15 de janeiro de 2013.

Professora Doutora Ana Lúcia Liberato Tettamanzy

Professora Doutora Ingrid Nancy Sturm

Professora Doutora Jane Naujorks

Aos meus pais, Nilson Machado Felix e Sueli Alves Felix, por serem a mim exemplos de luta, de amor e de perseverança.

AGRADECIMENTOS

A Deus que, por vezes esquecido, nunca me abandonou na caminhada.

Ao meu pai, Nilson Machado Felix, que no ano de 1996 foi a Angola em Missão de Paz pela ONU e fomentou em mim o desejo, desde pequena, de conhecer um pouco mais da história dos nossos “irmãos” do outro lado do Oceano Atlântico.

À minha mãe, Sueli Alves Felix, pelo carinho e pelo apoio que sempre dedicou a mim.

Ao meu irmão, Nilson Fabiano Alves Felix, e sua esposa Lúcia Fernanda Ramires Felix, por estarem ao meu lado nos momentos alegres e difíceis.

Aos meus amigos e colegas do curso de Letras: Adriane Anger, Marcelo Maciel e Patrícia Gonçalves, por serem meus grandes companheiros na graduação.

À professora Elisabete Peiruque, por ser exemplo, a mim, de professora.

Às professoras, Ingrid Sturm e Jane Naujorks, minhas orientadoras do Pibid (Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência), pelo compartilhamento de suas experiências na área da Educação e na vida.

À minha orientadora, Ana Tettamanzy, por me ajudar a concluir este Trabalho de Conclusão de Curso sobre Literatura Africana.

“Mãe negra, sou a tua
descendência / Sinto tua influência / No
meu sangue e na cor.” (MACHADO,
Aluizio. Mãe, Baiana Mãe).

RESUMO

Por meio do livro *Filhos da Pátria* (2008), de João Melo, mais especificamente dos contos “O efeito estufa” e “O feto”, contidos nesse livro, a importância das Literaturas Africanas para a construção da identidade do povo brasileiro é analisada. O presente Trabalho de Conclusão de Curso retrata a história dos países: Angola e Brasil, e tece comparações entre eles, a fim de expor que os mesmos habitantes que vivem na periferia de Luanda poderiam fazer parte de qualquer país que tem um sistema excludente. A reflexão sobre o passado do país brasileiro e do país angolano é feita para compreendermos o presente dos mesmos. Uma prática pedagógica é apresentada para ser aplicada em sala de aula, com o intuito de mostrar que a Literatura Africana pode ajudar a refletirmos sobre os aspectos íntimos da população brasileira.

PALAVRAS-CHAVE: Filhos da Pátria, Angola, Brasil, Literatura Africana, Identidade Brasileira, Educação.

ABSTRACT

Through the book *Filhos da Pátria* (2008), written by João Melo, more specifically of the tales “O efeito estufa” and “O feto”, in this book, the relevance of the African Literatures for building the identity of the Brazilian population is analyzed. This Final Paper describes the history of Angola and Brazil, and makes comparisons between them in order to expose that the same inhabitants that live on the outskirts of Luanda could make part of any country that has an exclusionary system. The reflection on the past of the Brazilian and the Angolan country is done to understand them present. A pedagogical practice is presented to be applied in classroom, in order to show that the African Literature can help to reflect on intimate aspects of the Brazilian population.

KEYWORDS: Children of the fatherland, Angola, Brazil, African Literature, Brazilian identity, Education.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	8
1. O CONTINENTE AFRICANO QUE CONHECEMOS E NÃO CONHECEMOS	12
2. AS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA	20
2.1 A IMPORTÂNCIA DAS LITERATURAS AFRICANAS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO BRASILEIRO	22
2.2 JOÃO MELO E SEUS <i>FILHOS DA PÁTRIA</i>	28
2.3 PLANEJAMENTO DE ATUAÇÃO COM O 9º ANO	29
2.4 AVALIAÇÕES DOS ALUNOS, EM RELAÇÃO AO PROJETO	34
2.5 BRASIL E ANGOLA: DUAS REALIDADES NÃO TÃO DISTINTAS	35
CONSIDERAÇÕES FINAIS	40
REFERÊNCIAS	43

INTRODUÇÃO

A Literatura é deveras importante na vida do homem, principalmente na formação dos cidadãos, visto que a mesma ajuda na compreensão dele com seu íntimo e transmite importantes mensagens à mente consciente, à pré-consciente e à inconsciente. Dessa forma, ela acaba fornecendo o desenvolvimento da personalidade dos seres humanos. Estudos sobre a relação da psicanálise com a literatura relatam que, na medicina tradicional hindu, um conto de fadas, por exemplo, que emprestasse forma a seu problema particular era oferecido para meditação a uma pessoa desorientada psiquicamente. Esperava-se que, depois da meditação, o indivíduo fosse levado a compreender o seu impasse existencial.

É interessante salientar, que quando lemos um livro, há normalmente o despertar do imaginário. E esse imaginário, segundo Hilário Franco Júnior (1998), é histórico, simbólico, plural e catártico. Histórico, porque tem relação com o presente do leitor; simbólico, pois ele representa sentimentos do grupo social; plural, afinal expressa vários sentidos a partir de vidas diferentes, e catártico, porque serve como válvula de escape para a sociedade. O cotidiano, apontado como fenômeno recente na historiografia, segundo José Roberto Mello (1992), também é um elemento bastante explorado por autores que buscam retratar o meio em que vivem e, com isso, o leitor acaba tendo acesso ao campo do imaginário e da mentalidade coletiva em que o autor está inserido. Mello (1992, p.7) diz:

Saber como os homens viviam é importante; mas, tão ou mais importante é saber como eles pensavam, como representavam mentalmente a realidade existencial, porquanto neste quadro imaginário estão inscritos os seus sonhos, os seus ideais de vida, as suas ideologias, em suma, tudo aquilo que a camisa de força da realidade impedia de ter uma existência plena.

Relendo o texto “O Direito à Literatura”, do crítico e professor Antonio Candido (1995) podemos compreender seu anseio para que todos um dia possam ter acesso à literatura. Candido parte do pressuposto de que “direitos humanos” é aceitar que aquilo que é indispensável para mim também é para o meu próximo; comida e moradia são importantes, assim como o acesso aos livros. O autor também mostra a importância que a literatura tem quanto à responsabilidade social, pois denúncias

foram feitas por meio dela. Escritores e obras famosas são citados, como: *Os miseráveis* – de Victor Hugo - e o escritor francês Émile Zola, que inclusive nos deixa um pensamento exposto há muitos anos e que continua atual: “Os governos suspeitam da literatura porque é uma força que lhes escapa”. Com uma linguagem simples e direta, ele também afirma que deixar grande maioria da população brasileira sem contato com o mundo literário é o mesmo que tirar a esperança de alguém. Porém, dentre tantos *direitos* que o contato com a leitura fornece, considero um dos mais importantes aquele que permite o encontro do ser humano com a sua identidade, essa que nos revela quem somos e em que sociedade vivemos.

Com um olhar mais atento para as Literaturas Africanas, vejo que essas ajudam na compreensão da identidade dos povos de língua portuguesa, principalmente se observarmos os escritos de Eduardo Agualusa, Pepetela, João Melo, Mia Couto, entre outros escritores africanos, que nos ajudam a pensar sobre as influências que Portugal deixou em seus países. Além da língua portuguesa, o povo português deixou marcas que são vistas literalmente na pele do povo. O processo de miscigenação, por exemplo, muito associado ao Brasil, e apresentado na sociologia brasileira por meio de grandes obras como *Casa-Grande e Senzala*, 1933, de Gilberto Freyre, também é mostrado por autores contemporâneos que compõem os PALOP (Países Africanos de Língua Oficial Portuguesa). Na obra *Filhos da Pátria*, de 2008, de João Melo, o reflexo dessa miscigenação é visto no conto “O efeito estufa”, quando o personagem central, Charles Dupret, defensor da autenticidade angolana, afirma que a Angola é um país de pretos e não de “pretos suspeitos”.

Estava totalmente à vontade para brandir a referida sentença contra tudo e contra todos, pois não era um desses pretos suspeitos, meio acastanhados, cujo cabelo, quando cortado bem rente, se torna liso e dócil ao tacto e que, um tanto equivocadamente, se chamam a si próprios “fulos”, mas que todos os outros (os pretos efectivos, especialmente os que usam óculos, os mulatos condenados, sem santo e sem sangue, os “cabritos” angustiados e os brancos que já aprenderam a remexer a cintura quando dançam) gostam de chamar “fronteiras perdidas”, o que é uma notória sacanice (palavra que, caso sejam sensíveis à escatologia, podem substituir, por exemplo, por perfídia). (MELO, 2008, p. 59)

Assim, entendo que o estudo das Literaturas Africanas de língua portuguesa, muito tem a nos dizer sobre a formação sociocultural de povos como o Brasil. Como dito anteriormente, a literatura, por vezes, serve como válvula de escape para a

sociedade, e aquele que a escreve nos impulsiona a refletir sobre a realidade do seu país. Contudo, a Literatura Angolana é vasta e por isso escolhi o livro *Filhos da Pátria*, especificamente os contos: “O efeito estufa” e “O feto”, para pensar sobre a identidade do povo brasileiro, visto que este possui características semelhantes aos demais povos africanos colonizados pelo mesmo país, Portugal. No entanto, é importante salientar que a independência dos países africanos é recente – diferentemente do Brasil. Angola, país retratado no livro, proclamou sua independência em 11 de novembro de 1975.

Para maior aprofundamento do assunto, essas questões de identidade são tratadas por meio das teorias pós-colonialistas que abordam os íntimos aspectos de uma nação. O discurso pós-colonialista é centrado na questão colonial antecedente e produzido em todas as sociedades que tiveram seus países colonizados, como a Índia, por exemplo. As difusões dessas teorias ocorreram mais tarde na América Latina. Como pressupostos teóricos, Stuart Hall e Patrick Chabal são utilizados para falar sobre estudos culturais e o Estado pós-colonial na África de língua portuguesa. A leitura e análise dos textos do sociólogo Boaventura de Sousa Santos também serão importantes, pois esse estudioso analisa o colonialismo português. Por fim, saliento que meus estudos muito se deram pela sanção da *Lei nº 10.639/03*, em janeiro de 2003, que tornou obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira no ensino fundamental e no ensino médio, pois acredito que o professor precisa de formação para trabalhar esse assunto na sala aula. E essa formação ocorrerá quando mergulharmos na literatura daqueles que compõem a essência do povo brasileiro.

Logo, acredito na força do professor pesquisador, que une a prática e a teoria a fim de uma educação de maior qualidade. Eu não posso querer despertar no meu aluno a ânsia pela pesquisa, se eu mesmo, difusor do conhecimento, não a tenho. Identidade é um dos pontos norteadores do livro *Filhos da Pátria* e eu concordo com o pensamento do autor quando ele diz, nessa obra:

O que se passa na verdade, é que, assim como a vida dá muitas voltas, está igualmente repleta de paradoxos. O mais grave deles, embora também o mais corriqueiro, é que a esmagadora maioria das pessoas conhece melhor os outros do que se conhece a si mesma. (MELO, 2008, p. 75)

O entusiasmo do autor angolano João Melo para relatar, por meio de contos, sobre a história política, social, econômica e cultural de seu país, a mim serve de instrumento para tentar entender a identidade brasileira.

O que revelei acima são apenas alguns dos meus anseios frente à propagação do gosto pela literatura. Como futura professora, e a partir de algumas experiências pelo Pibid – Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência – do qual participo desde o ano de 2011, pude pensar a respeito do ensino da literatura. Dentre tantas as conversas que tive com os alunos, pude compreender que o “não gosto” pela leitura está associado à não compreensão do motivo pelo qual eles têm que ler determinada obra. Ou seja, eu não me atraio por aquilo que para mim não tem sentido e, pensando nesta palavra, digo que a minha paixão pelas Literaturas Africanas está associada ao quanto sei que as mesmas revelam sobre mim. Elas também tem muito a revelar sobre o povo brasileiro que, muitas vezes, não sabe a beleza da sua história.

Na Escola Estadual de Ensino Fundamental Cândido Portinari, situada em Porto Alegre/RS, foram realizadas ,nos dias 16/10, 30/10 e 06/11, do ano de 2012, três oficinas sobre o livro *Filhos da Pátria* e, por meio desta obra, reflexões sobre Angola em relação ao Brasil foram propostas. Apesar de terem sido poucos encontros, vejo que esses serviram para mostrar aos alunos do nono ano que existe uma África que habita em nós brasileiros e que a mesma deve ser explorada positivamente, para que possamos olhar para o passado e compreendermos os caminhos que nos fizeram chegar ao lugar em que estamos.

1. O CONTINENTE AFRICANO QUE CONHECEMOS E NÃO CONHECEMOS

Adão e Eva eram negros? Na África começou a viagem humana pelo mundo. Dali nossos avós se lançaram à conquista do planeta; e os que mais se afastaram da África, os que mais se afastaram do sol, receberam os tons mais pálidos na divisão das cores. Agora nós todos, as mulheres e os homens, arco-íris da terra, temos mais cores que o arco-íris do céu e somos todos africanos imigrados. Talvez nos neguemos a recordar nossa origem comum porque o racismo produz amnésia, ou porque acaba sendo impossível, para nós, acreditarmos que naqueles tempos remotos o mundo inteiro era nosso reino, imenso mapa sem fronteiras, e nossas pernas eram o único passaporte necessário. (Eduardo Galeano)

O que conhecemos do continente africano? Esta é uma pergunta aparentemente fácil de ser respondida, no entanto até que ponto as nossas impressões a respeito deste continente estão permeadas de informações com que a mídia nos “bombardeia”? Frequentemente vemos que a ênfase dada a este continente é que ele é pobre e habitado por pessoas “sofridas”, todavia pouco se fala que nele existem riquezas naturais que outras terras não possuem; também é importante salientar que os mesmos países que transmitem essas notícias para o mundo são aqueles que exploram o continente africano há muitos séculos e um dos auges da sua exploração ocorrera no período das grandes navegações. Momento esse, no qual os europeus se lançaram rumo ao mar à procura de ouro e de outras especiarias. As perguntas feitas acima servem para refletirmos sobre como pouco ou nada sabemos desse continente, em que muitos dos seus habitantes ajudaram a construir a nação brasileira.

Após essa breve reflexão sobre o que sabemos sobre o continente africano, enfatizo neste capítulo o que pressuponho que não conhecemos tanto, o que observo que as escolas não dão tanta importância e o que os veículos de comunicação pouco propagam sobre a África. O meio geográfico, por exemplo, é um ponto importante a ser abordado quando falamos sobre os aspectos culturais de uma determinada povoação, pois ele influencia certos costumes da mesma. No texto “O meio geográfico e sua influência no continente africano” (2008, p.9), contido no livro *Desvendando a história da África*, o autor Felipe Jorge Kopanakis Pacheco afirma: “O continente africano é o espaço geográfico onde a diversidade, em todos os sentidos, mais se faz presente, seja nos aspectos físico-morfológicos, seja na cultura, nas etnias que habitam seu espaço, na vegetação.” Pesquisas também

apontam que lá surgiram os primeiros *homo sapiens* e que esses se espalharam pelo mundo. Pacheco ainda diz (2008, p.9):

É necessário lembrar que, na Era Quaternária, cerca de 10 milhões de anos atrás, a configuração do planeta era de períodos gelados e glaciação, que causou enormes transformações no clima, na estrutura morfológica e, logicamente, na vida animal e vegetal, período este que coincide com o surgimento do homem primitivo.

Ao observarmos o seu território, percebemos que grande parte está situada no hemisfério Sul e que, em suma, sua área é dominada pelo clima quente. Estudos afirmam que o calor é constante e acompanhado ou não de chuvas. Somente as extremidades NO (Magreb), NE (delta do Nilo) e S (região do Cabo, na África do Sul) escapam ao mundo tropical. Seus principais rios são: Nilo, Níger, Congo, Limpopo, Zambese e Orange. Quanto ao relevo, o Monte Atlas fica ao norte, o Planalto Centro-Africano na região central e o Grande Vale do Rift com altas montanhas e com depressões, ao leste. Na região norte, destaca-se o Deserto do Saara. Quanto a vegetação, os principais tipos são: Floresta Equatorial (presente na região central e no centro-oeste, influenciada, principalmente, pelo elevado índice de chuvas na região), Savanas (localizadas nas faixas norte e sul das florestas tropicais e também na região sudeste do continente africano. É composta por gramíneas, com presença espalhada de árvores de pequeno porte e arbustos), Estepes (faixa presente ao norte e nordeste das savanas. Vegetação tipicamente rasteira composta por herbáceas), Vegetação Mediterrânea (presente no extremo norte da África - litoral do Mar Mediterrâneo - e também no litoral sul da África do Sul. Vegetação composta por gramíneas e arbustos) e Vegetação desértica (situada no deserto do Saara e composta por arbustos de galhos secos bem espaçados e gramíneas. Porém, estes tipos de vegetação aparecem apenas em áreas com cursos de água - raros no deserto. Em grande parte do deserto do Saara não há qualquer tipo de vegetação).

O povo africano, como dito anteriormente, possui grande diversidade, principalmente por fazer parte de um continente muito extenso. Ao pesquisarmos a sua história, por vezes, é enfatizada a civilização egípcia, no entanto outros povos merecem destaque, como os bérberes, os bantos e os soninkés. O povo bérbere, por exemplo, vivia mudando de lugar e tinha como origem o deserto do Saara. Alguns estudiosos afirmam que eles costumavam utilizar o camelo como meio de transporte e, por serem nômades, os bérberes foram importantes para a troca cultural que ocorreu no norte do continente, visto que recebiam constantemente

informações de outras civilizações. Os bantos habitavam o noroeste do continente, viviam da caça, da pesca e eram agricultores. O fato de eles conhecerem a metalurgia ajudava-os na conquista dos povos vizinhos. Viviam em aldeias e eram comandados por um rei, historiadores relatam que eles chegaram a formar o grande reino do Congo. Os soninkés habitavam a região sul do deserto do Saara. viviam da criação de animais, da agricultura e da pesca. Estudos apontam que a região em que eles habitavam possuía uma grande reserva de ouro. Contudo, existem estudos – segundo Jorge Euzébio Assumpção – no texto “África: uma história a ser reescrita” (2008, p.32), do livro *Desvendando a história da África*, que mostram com frequência a divisão dos povos que não pertencem à “África branca” em dois grandes grupos: os sudaneses e os bantos. Sendo os sudaneses:

Povos que habitam a região intertropical africana, entre os desertos do Saara e o Atlântico (Golfo da Guiné), compreendendo o Tchad, o Níger, o Sudão, etc., e as regiões na costa do Golfo: Nigéria, Daomé, (atual República Popular do Benin), Togo, Gana (antiga Costa do Ouro), Costa do Marfim, estendendo-se até a Libéria, Serra Leoa, Guiné, Senegal.

Assumpção (2008, p.33) também afirma que são os sudaneses que apresentam os Estados mais bem estruturados, através de Gana, Mali e Songai. Entretanto, ele salienta que outros Estados também foram influentes no mundo africano, contudo ainda não foram bem estudados. Gana, como já dito, era conhecido como “o País do Ouro” e visto pelos árabes como importante região para se fazer trocas comerciais. “Além das trocas comerciais, Gana era um campo fértil para a expansão do islamismo, religião adotada por vários dirigentes, convertidos pela fé, ou por interesses comerciais.” Esse país africano era considerado o principal fornecedor de ouro do mundo mediterrâneo. O Império do Mali foi o sucessor de Gana e estudos relatam que esse superou o poder de seu antecessor.

O império do Mali começou a se estruturar sob a liderança de Sunjata Keita (1230 – 1255). Senhor absoluto da situação, após ter vencido seus inimigos, dividiu em províncias seu império, nomeou governantes e submeteu a uma espécie de servidão os povos que o haviam combatido. Com ele, os Keita fundaram o Império do Mali. O governo de Sundjata foi de tal forma marcante que até os dias de hoje ele é reverenciado através de oferendas, como rezam antigos costumes da tradição africana. (ASSUMPÇÃO, 2008, p. 36)

O Império Songai foi o último, porém o mais poderoso dos estados sudaneses, segundo José Euzébio Assumpção. O seu território expandiu-se desde Mali até a atual Nigéria e teve grande importância na propagação da cultura

islâmica. Sua população era dividida em: sorkos e gows, enquanto um praticava a pesca, o outro praticava a caça, respectivamente.

Anos mais tarde, devido à expansão europeia - em 1500 - o capitalismo começou a se desenvolver e, com isso, muitas regiões que hoje conhecemos como América, África e Ásia passaram a ser subordinadas por nações que até então eram fortes militarmente e comercialmente, como Espanha e Portugal. Segundo Tania Maria Seggiaro Chagastelles, no texto “As sociedades africanas e o colonialismo”, no livro *Desvendando a história da África* (2008, p. 112- 113), o momento da primeira expansão europeia quando encerrado acabou acarretando uma desestruturação em várias partes do continente africano.

A Revolução Francesa e a independência das colônias americanas se fizeram em função da nova filosofia burguesa – o liberalismo. Este condena o sistema de exclusividade, consagra o livre-cambismo, a livre concorrência e a liberdade para o trabalho. Generaliza-se uma atitude pragmática de liberdade comercial, enquanto o regime de escravidão passa a ter seus dias contados.

A África negra, embora preservasse o seu território da presença branca, fora corroída pela intensidade do tráfico negreiro a partir do século XV – estima-se em mais de 100 milhões a sangria de seus habitantes em apenas quatro séculos.

A partir disso, o colonialismo passa a não ser tão bem visto, como afirma Chagastelles (2008, p. 113):

O anticolonialismo era atitude comum não apenas a estadistas, como à própria opinião pública, que se agitava pela renúncia aos empreendimentos coloniais e em favor do self government (autogoverno). A era do ouro do liberalismo tem na Grã-Bretanha sua principal defensora, especialmente por ser a única nação industrializada e pelo fato de seus mercados não sofrerem séria ameaça de concorrência.

Logo, o continente africano passou a ser “conhecido” pelos europeus e a sua partilha entre eles ocorreu de inúmeras formas, inclusive por meio da atuação missionária de instituições religiosas tanto católicas como protestantes, e também por intermédio de expedições científicas. Chagastelles (2008, p. 115) diz:

As regiões ocidentais, fornecedoras de escravos aos europeus – Serra Leoa, Costa do Ouro, Nigéria, as regiões do Rio Congo a Angola – foram as que primeiro se adaptaram às novas exigências do capital, ainda na época do livre-cambismo, desenvolvendo uma economia exportadora em substituição ao tráfico negreiro. Ali, o óleo de palma foi o primeiro substituto para a economia baseada no tráfico. (...)

As regiões do Rio Senegal atraíram o interesse francês para expansão do seu comércio ao interior, até o alto Níger e o Sudão.

Nas regiões orientais, de grande influência muçulmana, o controle comercial não era europeu, mas árabe, swahili ou indiano.

De fato, o sistema capitalista ocasionou inúmeras transformações no continente africano, principalmente no que chamamos de “A Nova Expansão Imperialista”. Contudo, quais os fatores que motivaram o imperialismo dos países europeus sobre as regiões africanas? A resposta é simples. Com a Revolução Industrial, novas fontes de energia, como o petróleo, passaram a ser utilizadas. Assim, rivalidades internacionais passaram a ser acentuadas, bem como a propagação da ideia de que o homem branco é superior ao homem negro. Dessa forma, Chagastelles (2008, p. 116,117) afirma:

Vários fatores se conjugam e viabilizam essas transformações: revolução na técnica, que se reflete na produção industrial, com utilização de novas fontes de energia (petróleo, energia elétrica); a substituição do ferro pelo aço, as novas indústrias siderúrgicas, a produção de bens de capital, a produção em massa, a revolução nos transportes e nos meios de comunicação.

Quanto ao processo de descolonização da África negra, pode-se afirmar que esse foi tardio. No texto “Independência, marginalização e reafirmação da África 1957 – 2007” (2008, p.123), do livro *Desvendando a história da África*, Paulo Gilberto Fagundes Visentini ainda afirma que ele fora:

Relativamente controlada, pois as potências coloniais se anteciparam à radicalização dos protestos e puderam encaminhar as independências. Estudantes oriundos das elites locais foram enviados para estudos superiores nas metrópoles, a administração tornava-se paulatinamente africanizada e assessorada por técnicos europeus, enquanto a autonomia política era concedida progressivamente a uma burguesia nativa previamente cooptada.

Segundo ele, os primeiros países que conseguiram a independência foram os que mais lutaram contra o neocolonialismo. Gana é um exemplo disso. Este país tornou-se independente da Inglaterra, em 1957. E em 1960, muitos estudiosos defendem esse ser o “ano africano”.

Em 1960, o “ano africano”, a maioria dos países do continente tornou-se independente da França, e da Grã-Bretanha, dentro da linha “pacífica”, gradual e controlada: Camarões, Congo – Brazzaville, Gabão, Chade, República Centro-africana, Togo, Costa do Marfim, Daomé (atual Benin), Alto Volta (atual Burkina Fasso), Níger, Nigéria, Senegal, Mali, Madagascar, Somália, Mauritânia e Congo – Leopoldville (atual Zaire). Entre 1961 e 1966 foi a vez de Serra Leoa, Tanzânia, Uganda, Ruanda, Burundi, Quênia, Gâmbia, Botswana e Lesoto. Todos os novos Estados localizavam-se na zona tropical africana e, neles era limitado o número de colonos europeus, o que facilitou a transferência do controle formal dos diversos países à burguesia e classe média negra. (VISENTINI, 2008, p. 123, 124)

Porém, é preciso salientar que essa transição não ocorreu tranquilamente em muitos países. Portugal, por exemplo, no início dos anos 1960, recusou-se a decretar a “libertação” de Angola e Moçambique. Todavia, após quinze anos, esses dois países conseguem a tão almejada independência.

Na África Portuguesa, após quinze anos, a luta armada também seria coroada por uma vitória. Em Moçambique, a guerrilha implanta-se no norte, na fronteira com a Tanzânia. A frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO), dirigida por Samora Machel, já controlava parte do país, quando a Revolução dos Cravos em Portugal (1974) precipitou os acontecimentos. Moçambique passou a ser governado por um movimento predominantemente negro, que se proclama marxista-leninista, junto às fronteiras da Rodésia e da África do Sul, países ainda controlados por minorias coloniais, onde intensificava-se a luta armada. Em 1976, ocorria o Levante de Soweto, duramente reprimido pelo Apartheid. As pequenas colônias portuguesas da Guiné-Bissau, de Cabo Verde e São Tomé e Príncipe também independizaram-se com governos populares.

A independência de maior impacto, entretanto, foi a de Angola, com maiores potencialidades econômicas e com expressiva minoria branca – o país dispõe de petróleo, ferro, diamantes, entre outros minerais estratégicos. A divisão e o confronto entre os três grupos que lutavam pela independência acirraram-se ainda mais quando da derrocada do fascismo português. (VISENTINI, 2008, p. 126, 127)

No entanto, apesar das lutas contra o colonialismo na África terem tido resultados positivos, não podemos esquecer que os conflitos ainda permanecem. E essa briga não é apenas entre a colônia e a metrópole, mas também entre os próprios colonizados.

As rivalidades entre os distintos grupos haviam sido estimuladas pelos colonizadores como forma de dominação, e deixavam uma herança trágica, expressa no problema das minorias e do “tribalismo”, além do antagonismo entre assimilados à cultura europeia e não-assimilados. A ausência de médicos, engenheiros, administradores e professores somava-se a uma estrutura de classes fragmentada, nos marcos de uma economia controlada de fora (exceto as extensas áreas ainda na fase da subsistência). A precaríssima rede de transportes ligava apenas os enclaves exortadores aos portos, inexistindo qualquer integração nacional. (VISENTINI, 2008, p. 125)

Dentro da história do continente africano, o Apartheid (regime de segregação racial que se estabeleceu na República da África do Sul pela minoria branca) não pode ser esquecido, visto que esse foi uma espécie de “colonialismo interno”, como afirma a estudiosa Analúcia Danivelicz Pereira, no texto “Apartheid: apogeu e crise do regime racista na África do Sul 1948-1994” (2008, p. 139), contido no livro *Desvendando a história da África*:

A África do Sul apresenta uma das evoluções mais singulares da História Contemporânea. Nessa sociedade, uma espécie de “colonialismo interno”

criou um sistema de opressão institucionalizada contra a maioria negra e, em menor medida, mestiça e asiática que foi tolerada pelo Ocidente durante a Guerra Fria. Curiosamente, o fim da bipolaridade seria o ponto culminante da crise do Apartheid, abrindo espaço para uma transição negociada, embora extremamente difícil, rumo à democracia.

O governo do African National Congress, encabeçado por Nelson Mandela, acabou com a segregação jurídico-política e reinseriu o país no contexto das Nações. No entanto, a estrutura socioeconômica, com suas formas particulares de marginalização, bem como os interesses internacionais a ela vinculados têm se mostrado muito difícil de alterar. Contudo, é inegável a construção de um novo cenário sociopolítico, com uma multiplicidade de atores e a participação da maioria da população, outrora não-cidadã, mas também a geração de novas contradições. Esse país que contrasta o convívio da modernidade com o subdesenvolvimento, ainda se encontra em transição em busca de um novo modelo societário.

Atualmente, estimativas (ano 2009) dão conta de que a população do continente africano esteja entre 800 milhões e um milhão de habitantes. E, devido à extensão do mesmo, a população também se distribui irregularmente pelo continente. Grande parte se concentra nas grandes cidades dos países litorâneos, enquanto as áreas ocupadas por desertos e florestas densas são praticamente inabitadas. Outro detalhe importante é que a população urbana só é maior que a rural em países como Tunísia, Argélia e Líbia. Este é um continente formado, em sua maioria, por jovens, pois apresenta taxas elevadas de natalidade. A expectativa de vida no continente é baixa, em função do subdesenvolvimento de grande parte dos países.

Existem vários grupos étnicos no continente africano. Cerca de 80% da população é formada por diferentes povos negros, que ocupam, principalmente, as regiões: central e sul do deserto do Saara. Esta região é conhecida como “África Negra”. Já os brancos habitam, principalmente, a região setentrional do continente, ao norte do Deserto do Saara. Por isso essa região é conhecida como “África branca”. Todavia, esta denominação que muitos livros trazem como “África branca” e “África negra”, a meu ver, não seria a forma ideal de denominar essas regiões. Assumpção (2008, p.31), baseado nos pensamentos de Hegel, afirma:

Percebe-se assim que a influência geopolítica entre “África branca” e “África negra” nada mais é do que uma classificação racista e ideológica sobre o continente, em que se tenta classificar o território entre a parte que deu certo e que possui uma História (essa estaria ligada ao Mediterrâneo), e a subsaariana, sendo possuidora das características “bárbaras”, sem condições de produzir a sua própria história, e que seria a verdadeira “África negra”.

Segundo ele, Hegel afirma que há uma tendência em dividir a África em dois grupos: a dos civilizados e a dos bárbaros. A partir disso, segundo Leila Hernandez,

citada no texto de Assumpção (2008, p. 32) e também influenciada pelas ideias de Hegel: “a História seria própria do Velho Mundo, excluindo assim o africano subsaariano, assim como por não admitir aos negros uma autonomia para constituir sua própria história.”.

Após, a breve “visita” ao continente africano, adentremos nas Literaturas Africanas de Língua Portuguesa, objeto de estudo deste trabalho.

2. AS LITERATURAS AFRICANAS DE LÍNGUA PORTUGUESA

A oralidade foi uma das formas de comunicação da civilização africana e, segundo os historiadores, essa era praticada por homens e por mulheres (os contadores dos betes, da Costa do Marfim, os feiticeiros de Mali). Sua importância, hoje, está relacionada ao fato de servir como fonte de memória do povo africano; a respeito disso, podemos pensar que a literatura oral é muito importante para a história das civilizações, seja ela africana, seja indígena, etc. Relatos afirmam que o ato de contar histórias era sagrado, elas eram contadas segundo ritos, técnicas de dicção e ritmos próprios a cada língua africana.

Com a invenção da escrita, os textos em línguas africanas eram escritos em caracteres latinos, de inspiração religiosa. Estudiosos dizem que as literaturas tradicionais escritas provêm essencialmente da islamização da África, ocorrida a partir do século IX. A escrita árabe tornou-se, com o tempo, meio de expressão da aristocracia negra convertida. Com a finalidade de divulgar o Corão, a literatura foi um dos meios de se transmitir os ensinamentos desse livro sagrado. Ou seja, a literatura tinha um fim didático-religioso.

Assim como a história do continente africano, a Literatura Africana também é muito extensa. Desta forma, tudo o que eu fosse falar a respeito dela seria muito pouco, pois a sua cultura é diversificada; logo, a sua literatura também. Sendo assim, procurei me deter nas Literaturas Africana de Língua Portuguesa, essa que aparece como forte expressão na África após quase quinhentos anos, desde o século XVI, em que Portugal assumiu seu posto de colonizador nas terras africanas. Os portugueses foram os primeiros europeus a se situarem no continente africano.

Nas décadas de quarenta e cinquenta, as literaturas africanas tiveram um forte desenvolvimento nas chamadas “elites lusófonas”, como afirmam os pesquisadores Dalva Pontes de Almeida, Raquel Pontes de Almeida e Marcelo Moraes Almeida (2009, p. 51). Os mesmos defendem que o forte estudo dessas literaturas deu-se, principalmente, como reflexo de uma consciencialização africana do negro em relação ao mundo, como consequência de regimes ditatoriais que expunham o africano à margem da

sociedade, por meio de leis totalmente discriminatórias. No governo português de António Salazar (que durou de meados de trinta até 1974, mesmo tendo ele se afastado por problemas de saúde, em 1968), por exemplo, fora criada uma lei que distinguia os africanos em civilizados e bárbaros. O africano civilizado era aquele que sabia ler e escrever, enquanto o africano bárbaro era aquele que não sabia fazer o mesmo. Sendo assim, pode-se afirmar que as literaturas africanas de língua portuguesa surgem da tensão entre a colônia e a metrópole. Até a independência o escritor africano vive em torno das realidades da sociedade colonial e da sociedade pós-colonial.

O estudioso Manuel Ferreira (1964, p. 28-43) afirma que o produtor do texto até então passava por quatro processos. No primeiro momento ele estaria absorvido pela cultura colonizadora, porém no segundo momento haveria a percepção da realidade, o que faria o escritor africano expor seu sentimento nacionalista. Após isso, a terceira etapa estaria voltada à consciência nacional do colonizado e a última fase do processo seria a independência plena daquele que escreve, é a fase da produção do texto em liberdade. Patrick Chabal, cientista-político francês, no texto “A escola e a prisão” (2007), afirma que espaços como a escola e a prisão serviram para que escritores africanos fizessem reflexões sociopolíticas.

Chabal, no seu artigo “O Estado pós-colonial na África de expressão portuguesa” (1993) ajuda-nos a pensar sobre o motivo pelo qual a história da África portuguesa difere das demais. Segundo ele, três razões levaram os historiadores a centrar-se na singularidade da África de expressão portuguesa, sendo elas: a história de Portugal, a história do domínio colonial e a descolonização portuguesa, ocorrida depois da descolonização realizada pela França e pela Inglaterra. A respeito da descolonização, essa estava intimamente relacionada com a construção de um Estado pós-colonial cujo controle seria assumido com a independência. O estado pós-colonial substituiu o Estado colonial, todavia este foi construído sobre o modelo dos estados europeus. Contudo, a evolução de Portugal, totalmente divergente daquela dos outros estados europeus, faria com que o resultado das independências dos países de expressão portuguesa também fosse diferente. Isso pode ser explicado pelas teses do sociólogo Boaventura de Sousa Santos, que identifica no português, pelo comportamento de fronteira, ou semiperiférico, a

incorporação de traços dos colonizados, de modo a ser percebido pelos demais europeus como incivilizado, selvagem – um Próspero que também pode ser Caliban:

.A identidade do colonizador português não se limita a conter em si a identidade do outro, o colonizado por ele. Contém ela própria a identidade do colonizador enquanto colonizado por outrem. Como mostrarei a seguir, o Próspero português, quando visto da perspectiva dos Super-Prósperos europeus, é um Caliban. A identidade do colonizador português é, assim, duplamente dupla, constituída pela conjunção de dois outros: o outro que é o colonizado e o outro que é o próprio colonizador enquanto colonizado. Foi essa duplicidade de alta intensidade que permitiu ao português ser, muitas vezes, tratado mais como emigrante, do que como colono, nas “suas” próprias colônias. (SANTOS, 2008, p.245)

2.1 A IMPORTÂNCIA DAS LITERATURAS AFRICANAS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO BRASILEIRO

A verdade é que você
 (Todo brasileiro tem!)
 Tem sangue crioulo
 Tem cabelo duro
 Sarará crioulo...
 (Olhos coloridos - Sandra de Sá)

Identidade, segundo alguns filólogos, é “um conjunto de características próprias e exclusivas de um indivíduo”, ou seja, apesar de fazermos parte de uma sociedade que impõe que sejamos iguais, é importante que saibamos que temos as nossas diferenças, essas que não servem para nos julgarmos uns melhores que os outros, mas apenas diferentes e pertencentes a uma sociedade onde reina a diversidade. A partir disso, como futura licenciada em Letras, penso no quanto é essencial fazer com que o educando enxergue que ser “diferente” é normal e que precisamos lutar pelo “direito à diferença”. Particularmente, gosto do termo “direito à diferença” exposto pela professora Glória Moura, do Departamento de Artes Cênicas e coordenadora do Núcleo de Estudos Afro-Brasileiros da Universidade de Brasília, porque ele consegue expressar o anseio daqueles que se sentem marginalizados no lugar em que vivem. Contudo, como ela afirma no texto “O direito à diferença” (2008, p. 65), contido no livro *Superando o racismo na escola*, falar sobre este assunto na

escola e fora dela não é tão simples, pois exige a desconstrução de uma história contada há séculos pela classe dominante, essa mesma que inventou a superioridade do “homem branco” sobre o “homem negro”.

Considero um desafio desenvolver, na escola, novos espaços pedagógicos que propiciem a valorização das múltiplas identidades que integram a identidade do povo brasileiro, por meio de um currículo que leve ao aluno a conhecer suas origens e a se reconhecer como brasileiro.

E qual o papel da Literatura frente a isso? A meu ver, ela serve para resgatarmos a história da nação brasileira. E o estudo das Literaturas Africanas nas escolas tem um forte papel na luta contra a discriminação dentro e fora dos muros da escola. Por qual motivo os brasileiros negam a sua identidade? Esse é um dos questionamentos que a professora Moura faz no seu ensaio e penso que isso esteja associado à falta de aprofundamento na história dos nossos antepassados. No texto “Personagens negros: um breve perfil na literatura infanto-juvenil” (2008, p.97), do livro *Superando o racismo na escola*, a autora Heloísa Pires Lima afirma que “A Literatura infanto-juvenil apresenta-se como filão de uma linguagem a ser conhecida, pois nela reconhecemos um lugar favorável ao desenvolvimento do conhecimento social e à construção de conceitos.” Sendo assim, novamente volto a reafirmar o que disse na introdução deste trabalho: “A Literatura é deveras importante na vida do homem, principalmente na formação dos cidadãos.”

Toda obra literária, porém, transmite mensagens não apenas por meio do texto escrito. As imagens ilustradas constroem enredos e cristalizam as percepções sobre aquele mundo imaginado. Se examinadas como conjunto, revelam expressões culturais de uma sociedade. A cultura informa por intermédio de seus arranjos simbólicos, valores e crenças que orientam as percepções de mundo. (LIMA, 2008, p.97)

Ainda em referência a literatura infanto-juvenil, podemos refletir sobre a importância da leitura na vida das pessoas, precisamos questionar “quem escreve ou desenha a obra?”, como afirma a pesquisadora Lima, pois a está incrustada de elementos ideológicos.

Descolando o autor do ilustrador, a obra da editora, podemos observar melhor a conexão de um sistema de crenças e valores que se reconstrói através das imagens. Nessa dimensão, a literatura é, portanto, um espaço não apenas de representação neutra, mas de enredos e lógicas, onde “ao me representar eu me crio, e ao me criar

eu me repito”. E se verticalizarmos, nesse contexto, o tema das relações raciais no Brasil, o livro infanto-juvenil torna-se um documento importante para uma análise. Por ele, avista-se a rearticulação de ideologias, por meio de estratégias específicas. (LIMA, 2008, p.98)

O número de personagens negros nos livros é muito pequeno e, se observarmos as obras em que aparecem, eles quase sempre associados à escravidão. Entretanto, vejo que o problema não é associá-los à escravidão, pois não podemos esquecer de um passado que fez parte da nossa história, mas sim associar o negro somente à escravidão.

Geralmente, quando personagens negros entram nas histórias, aparecem vinculados à escravidão. As abordagens naturalizam o sofrimento e reforçam a associação com a dor. As histórias tristes são mantenedoras da marca da condição de inferiorização pela qual a humanidade negra passou. Cristalizar a imagem do estado de escravo torna-se uma das formas mais eficazes de violência simbólica. Reproduzi-la intensamente marca, numa única referência, toda a população negra, naturalizando-se, assim, uma inferiorização datada. A eficácia dessa mensagem, especialmente na formatação brasileira, parece auxiliar no prolongamento de uma dominação social real. O modelo repetido marca a população como perdedora e atrapalha uma ampliação dos papéis sociais pela proximidade com essa caracterização, que embrulha noções de atraso. (LIMA, 2008, p. 99)

O texto “Educação e Relações Raciais: refletindo sobre algumas estratégias de atuação” (2008), de Nilma Lino Gomes, também contido no livro *Superando o racismo na escola*, ela escreve a seguinte reflexão:

Para que a escola consiga avançar na relação entre saberes escolares/ realidade social/ diversidade étnico cultural é preciso que os (as) educadores (as) compreendam que o processo educacional também é formado por dimensões com a ética, as diferentes identidades, a diversidade, a sexualidade, a cultura e as relações raciais, entre outras. E trabalhar com essas dimensões não significa transformá-las em conteúdos escolares ou temas transversais, mas ter a sensibilidade para perceber como esses processos constituintes da nossa formação humana se manifestam na nossa vida e no próprio cotidiano escolar. (GOMES, 2008, p. 143)

A partir dessa citação, proponho um diálogo com os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCNS) que afirmam que o ensino da Literatura não deva ser apenas um preparatório para o Ensino Superior, mas sim para a vida:

O novo ensino médio, nos termos da Lei, de sua regulamentação e encaminhamento, deixa portanto de ser apenas preparatório para o ensino superior ou estritamente profissionalizante, para assumir a

responsabilidade de completar a educação básica. Em qualquer de suas modalidades, isso significa preparar para a vida, qualificar para a cidadania e capacitar para o aprendizado permanente, seja no eventual prosseguimento dos estudos, seja no mundo do trabalho. Mediante o exposto, podemos avaliar que a nova proposta para o Ensino Médio requer uma integração das disciplinas, visto que informações superficiais e isoladas que o sujeito recebe na fragmentação das áreas de conhecimento se dissipam com o passar do tempo. Verificamos que a preocupação agora é formar o cidadão. O aluno constitui um perfil crítico, capaz de argumentar, opinar, informar, levantar questionamentos enfim, desenvolve habilidades que contribuem para sua vida e, simultaneamente, para a sociedade. PCNS (2002, p. 8)

Stuart Hall, estudioso sobre cultura com ênfase no debate político, faz uma reflexão sobre a identidade cultural, no livro *Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (1992). Identidade é uma questão que está sendo intensamente discutida na teoria social, porém os sociólogos não chegam a um consenso, visto que falar sobre esse assunto é muito complexo. Contudo, segundo Hall (1992, p. 7), “um tipo diferente de mudança estrutural está transformando as sociedades modernas no final do século XX”. E isso está fragmentando as paisagens culturais de classe, gênero, etnia, raça e nacionalidade. Essas transformações estão também mudando as identidades pessoais, abalando a ideia que temos de nós como sujeitos integrados, o que acaba ocasionando uma crise de identidade. Assim, observa o crítico cultural Koberna Mercer, “A identidade somente se torna uma questão quando está em crise, quando algo que se supõe como fixo, coerente e estável é deslocado pela experiência da dúvida e da incerteza”. (1990, p.43)

Hall (1992) também afirma que existem três concepções de identidade, sendo elas: sujeito do iluminismo, sujeito sociológico e sujeito pós-moderno. O sujeito do iluminismo seria a pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, dotado das capacidades de razão, da consciência e de ação. É como se o sujeito nascesse de uma forma e continuasse essencialmente o mesmo. Quanto ao sujeito sociológico, esse seria o reflexo do mundo moderno cheio de complexidades, dessa forma essas complexidades teriam se transportado ao sujeito pós-moderno. A globalização, segundo Hall (1992) também contribuiu para essa crise de identidade:

À medida em que as culturas nacionais tornam-se mais expostas a influências externas, é difícil conservar as identidades culturais intactas ou impedir que elas se tornem enfraquecidas através do

bombardeamento e da infiltração cultural. As pessoas que moram em aldeias pequenas, em países pobres do “Terceiro Mundo”, podem receber as mensagens e imagens das culturas ricas pelos veículos de comunicação. Quanto mais a vida social se torna mediada pelo mercado global de estilos, lugares e imagens, mais as identidades se tornam desvinculadas. Foi a difusão do consumismo, seja como realidade, seja como sonho, que contribui para esse efeito de supermercado cultural. Este fenômeno é conhecido como homogeneização cultural.

Anteriormente, citei teóricos como Hall e Chabal, porque eles dialogam com a representação da política e da sociedade no livro *Filhos da Pátria*, de João Melo, pensando na identidade dos países de expressão portuguesa. Contudo, é importante salientar que a identidade em questão é a cultural, pois vejo que a mesma possa trazer explicações sobre o padrão de comportamento, crenças e costumes das pessoas que vivem em Angola, mais especificamente nos musseques, definidos pela agência das Nações Unidas, como áreas degradadas de uma determinada cidade caracterizadas por moradias precárias, falta de infraestrutura e sem regularização fundiária. No Brasil, essas moradias são conhecidas como favelas. João Melo, a meu ver, não escolheu “à toa” contar histórias de personagens que vivessem em musseques. Segundo Anabela Quelhas¹, 2008, essas construções começaram a ocorrer principalmente na década de sessenta.

A partir de 1962, a febre da construção civil e o lançamento da indústria, fascina cada vez mais as populações rurais que abandonam os seus locais de origem e migram para a cidade grande, Luanda. Estas gentes instalam-se nos musseques e reagrupam-se segundo as suas origens. Os musseques passam a designar o espaço social dos colonizados, assalariados, reduto da mão de obra barata e de reserva, ao crescimento colonial, colocados à margem do processo urbano, surgindo como espaço dos marginalizados, e cuja fisionomia está em constante transformação.

No conto “O feto”, contido na obra *Filhos da Pátria*, é possível observar o sentimento de perda e de saudade, da família da personagem principal, com o deslocamento do “mato” – que seria a zona rural - para a cidade grande.

É melhor mesmo voltar para a nossa casa do mato, mas como se a nossa casa do mato não tem mais, desapareceu com meus irmãos, só tivemos mesmo tempo de carregar algumas imbambas, fugimos, cada um para o seu lado, tipo bichos, mas a minha mãe nunca que

¹ Informações obtidas no blog “estir@ador sem rima”. Disponível em: esturadorsemrima.blogspot.com/2008/10/musseques-de-luanda.html. Acesso em: 14.10.2012.

me deixou, o meu pai lhe encontrámos mais a frente, olhámos pra trás e vimos o fogo a subir, a subir, a subir, andámos à toa até que demos encontro na patrulha, nos receberam bem, mas às vezes penso era melhor se nos tivéssemos perdido, morrido, desaparecido como os meus irmãos, como a nossa casa que lhe queimaram na guerra, desaparecer é pior do que morrer mas é melhor mesmo que estar a sofrer como estamos a sofrer agora. (MELO, 2008, p. 147/148)

Todo deslocamento causa alguma perda e esses são os preços das escolhas que fazemos ou que fazem por nós. Esse conto tem uma linguagem crua, mas real, pois o que ocorre com a menina que se prostitui na periferia de Luanda ocorre em outros lugares do mundo, o que torna a obra universal. Porém, neste texto, especialmente no trecho acima, desejo destacar que no primeiro momento, o objetivo do autor é colocar o seu leitor em posição de choque para depois o mesmo poder refletir sobre questões como a marginalização dos seres humanos, que afeta muitos países, principalmente os de Terceiro Mundo, acostumados a serem explorados por nações que insistem em viver na posição de colonizadores. Todavia, para toda trajetória existe uma origem. E se observarmos a relação de Portugal com suas antigas colônias africanas, penso que António Lobo Antunes, escritor português, conseguiu colocar o “dedo na fenda do colonialismo”.

No livro *As Naus* (1988), Lobo Antunes realiza uma releitura das glórias marítimas de Portugal, inserindo a África. As viagens feitas no século XVI e a descolonização da África pós- 25 de abril são abordadas por meio do romance, contudo de uma forma cômica, talvez porque, conforme Propp (1992), “o riso seria o desnudamento de defeitos”. Segundo (SILVA FILHO, 2007):

O autor elaborou um interessante procedimento de diálogo entre passado (período quinhentista) e presente (período da descolonização, no século XX) e de oscilação entre real (referências históricas) e ficcional. Ao dar aos personagens de *As Naus* nomes de figuras históricas que fazem parte do inconsciente coletivo luso e localizá-las em ambientes atuais e degradados, Lobo Antunes desmistifica o passado português e insinua a revisão dos mitos. Esse procedimento é característico da tendência pós-moderna, que trabalha com tensões entre ficção e história, presente e passado, particular e geral.

Também, gostaria de expor o conceito de “multiculturalismo emancipatório”, defendido pelo sociólogo Boaventura de Sousa Santos, porque essa ideia difere dos outros conceitos de “multiculturalismo”. Boaventura, ao

conceder uma entrevista à revista *Currículo Sem Fronteiras* (2003, p.11/12) afirma que:

Por um lado, nós temos que convir que nós hoje vivemos uma época de discussões sobre o multiculturalismo porque durante muito tempo vivemos sob o domínio exclusivo do monoculturalismo. Não que não houvesse multiculturalismo; ele existia, simplesmente não era reconhecido como tal e, portanto, o monoculturalismo assentou-se fundamentalmente numa grande supressão de culturas alternativas que sempre existiram sob a cultura dominante. Sob esta cultura elas foram progredindo, elas foram sobrevivendo, apesar de marginalizadas, apesar de por vezes suprimidas. Mas, de todo modo, elas nunca foram completamente abolidas e, em certos momentos, elas foram obviamente aparecendo. Claro que a primeira forma de multiculturalismo conservador, se quisermos, é o colonial. Há um multiculturalismo colonial na medida em que o colonizador reconhece a essência de outras culturas, mesmo que tardiamente, como no caso dos indígenas na América Latina que tiveram leis próprias a partir do século XVI e do século XVII, ou mesmo na África (mais tarde) e na Índia.

Esse conceito, a meu ver, me ajuda a pensar na crise de identidade vivida pelo sujeito pós-moderno, apesar de defender que os povos de expressão portuguesa possuam características semelhantes, por serem colonizados pelo mesmo país, não excluo as especificidades de cada país. Cada nação possui a sua identidade específica, e, no caso das ex-colônias, trata-se de oportunizar que as diferentes culturas e povos possam, finalmente, ter suas manifestações linguístico-culturais e costumes reconhecidos como parte das sociedades. O ser humano é raro e, apesar de muitas vezes possuímos os mesmos problemas e anseios, somos insubstituíveis e tão valiosos quanto diamantes.

2.2 JOÃO MELO E SEUS *FILHOS DA PÁTRIA*

João Melo nasceu em Luanda, capital de Angola, no ano de 1955. Estudou Direito em Portugal, mais tarde licenciou-se em Jornalismo, na Universidade Federal Fluminense, e por último concluiu o seu mestrado, em Comunicação, na Universidade Federal do Rio de Janeiro. Membro fundador da União dos Escritores Africanos, ele atuou neste órgão como secretário-geral e presidente da Comissão Diretiva. Além disso, possui uma vasta obra que fala sobre os rumos do processo histórico angolano. Poeta, contista, cronista e

ensaísta publicou dez livros de poesias, quatro de contos e um de ensaios. Recebeu três menções honrosas, duas no Prêmio Sonangol de Literatura e uma no Prêmio Sagrada Esperança, ambos em Angola. Publicado habitualmente em Portugal e Angola, tem textos traduzidos para mandarim, alemão, italiano e húngaro. É um dos autores mais estudados nas universidades brasileiras e uma das suas temáticas favoritas apresentadas nos seus livros é o processo histórico angolano, como podemos observar na obra *Filhos da Pátria* (2008).

Para pensar as Literaturas Africanas e a identidade dos povos de expressão portuguesa - mais especificamente a identidade do povo brasileiro - escolhi *Filhos da Pátria* (2008), mais especificamente os contos *O efeito estufa* e *O feto*, de João Melo. Este é um livro intrigante que retrata o cotidiano de uma Angola pós-independente. Na periferia de Luanda são apresentadas pessoas com características tão singulares e ao mesmo tempo tão plurais; que poderiam fazer parte de qualquer lugar do mundo que tivesse uma política econômica excludente. O livro apresenta dez contos e em de cada história são problematizadas várias questões sociais que expõem a miséria individual a que cada ser humano é conduzido por participar de um sistema que troca vidas por diamantes. E dentre tantas denúncias, somos levados a pensar na identidade desse povo. Não interessa somente como Natasha ou José Carlos Lucas, ambos “filhos da pátria”, chegaram onde estão. Interessa também saber como Angola chegou onde está.

2.3 PLANEJAMENTO DE ATUAÇÃO COM O 9º ANO

PROJETO: QUEM FOI A PÁTRIA QUE ME PARIU? A IMPORTÂNCIA DAS LITERATURAS AFRICANAS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO BRASILEIRO

Dia 16 de outubro do ano de 2012. Este foi o primeiro dia que entrei na turma do nono ano, da Escola Estadual Cândido Portinari, para falar sobre Literatura Africana. Antes de adentrar no assunto, conversei com aqueles jovens sobre o que eles achavam sobre Literatura e, a partir daí, pude perceber

que o que eles gostavam ultrapassava as leituras obrigatórias exigidas pela escola, e que sim, eram leitores, liam assiduamente leituras “desobrigatórias”, essas que não são impostas em sala de aula, mas que costumam estar na estante destes alunos. Então, se eu achava que não tínhamos coisas em comum, acabei descobrindo que possuíamos algumas características semelhantes. Eu também sou uma “devoradora” de leituras “desobrigatórias” e estava ali para falar sobre uma literatura que timidamente vem sendo promovida nas escolas.

Cronograma de Atividades

1º ENCONTRO: INICIANDO OS TRABALHOS (16/10/2012)

Objetivos:

Apresentar o projeto e conhecer os alunos. No primeiro momento, procurei explorar o que eles conheciam a respeito do continente africano e ressaltar a história dos países africanos de língua portuguesa, como Angola, Cabo-Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e São Tomé e Príncipe.

Desenvolvimento:

Dinâmica de apresentação: os alunos foram convidados a sentarem em círculo e, após isso, cada um teve que falar o seu nome, a sua idade e indicar um livro do qual gostasse muito. Depois disso, perguntei o que eles pensavam a respeito da palavra Literatura, apresentei o projeto e, por meio de um mapa, eles puderam visualizar a grande extensão das terras africanas.

Metodologia:

Dinâmica em grupo. Debate. Aula expositiva-dialogada.

Materiais:

Mapa-múndi.

Avaliação:

Sai deste encontro bem satisfeita com o conhecimento que eles tinham a respeito do continente africano. Por ser uma turma composta por poucos alunos, o debate foi bem produtivo e permeado por muitos questionamentos sobre o que conhecemos e não conhecemos sobre a África.

2º ENCONTRO: *FILHOS DA PÁTRIA*, DE JOÃO MELO (30/10/2012)

Objetivos:

Nesta oficina, optei por mergulharmos no livro *Filhos da Pátria* (2008) do escritor angolano João Melo, pois esta seria a obra que nortearia a nossa viagem por Angola, país retratado no livro.

Assim, análises políticas e sociais foram feitas; como no primeiro encontro, procurei analisar a história dos países que tiveram a colonização portuguesa, pois esses possuem características semelhantes.

Desenvolvimento:

Retomada da oficina anterior. Após este diálogo inicial, os alunos foram divididos em grupos, a fim de que lessem e analisassem os contos do livro. O primeiro grupo recebeu o conto “O efeito estufa”, enquanto o outro teve que analisar o conto “O feto”. Após isso, eles tiveram que escutar a música “Pátria que me pariu”, do cantor Gabriel O Pensador.

Metodologia:

Debate. Aula expositiva-dialogada. Leitura individual e em voz alta.

Materiais:

Mapa-múndi. Cópias dos contos: “O efeito estufa” e “O feto”. Um CD e um aparelho de CD Player para a execução das músicas.

Avaliação:

Encontro satisfatório. Os alunos conseguiram compreender bem a relação entre os contos e a música “Pátria que me pariu”, do cantor Gabriel O Pensador. Apesar da “linguagem crua”, utilizada pelo escritor João Melo, os alunos ficaram instigados com os contos, principalmente com o conto “O feto.”

3º ENCONTRO: BRASIL E ANGOLA: DUAS REALIDADES NÃO TÃO DISTINTAS (06/11/2012)

Objetivos:

Pensar a semelhança entre os dois países, analisando o que o Brasil recebeu e ainda recebe de influência angolana na sua cultura; sem esquecer-se de analisar a influência brasileira sobre Angola. Falar sobre a diáspora africana. Avaliação final sobre a oficina.

Desenvolvimento:

Retomada da oficina anterior, após isso os alunos foram convidados a apontarem as semelhanças e diferenças entre os países Brasil e Angola. Como atividade final, eles tiveram que apontar as suas impressões sobre as oficinas, o que aprenderam etc.

Metodologia:

Debate. Aula expositiva-dialogada. Escrita da avaliação.

Materiais:

Mapa-múndi. Folhas de papel e caneta.

Avaliação:

Apesar de não ter conseguido realizar tudo o que eu desejava nas oficinas, acredito que o trabalho tenha sido, de modo geral, positivo. Os alunos se mostraram interessados pela Literatura Africana e o nosso relacionamento, em sala de aula, foi muito bom. Assim, os encontros foram agradáveis e serviram de experimento para, no futuro, eu realizar algo mais elaborado.

2.4 AVALIAÇÕES DOS ALUNOS, EM RELAÇÃO AO PROJETO: QUEM FOI A PÁTRIA QUE ME PARIU? A IMPORTÂNCIA DAS LITERATURAS AFRICANAS PARA A CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE DO POVO BRASILEIRO²

Pergunta: O que eles aprenderam e acharam das oficinas sobre a Literatura Africana e o que eles gostariam de saber mais?

“Gostei muito do conto O feto de João Melo, que tem uma linguagem forte e realista. Gostaria de saber mais sobre a África, sobre a cultura e sobre as pessoas de lá.”

Geovana Macedo

“Entendi um pouco mais sobre a África e Angola. Falamos sobre um livro de contos de João Melo, o livro era Filhos da Pátria.”

Lucas Torres

“O continente africano é muito parecido com o Brasil em vários aspectos (geograficamente e cultural).”

Leonardo Araújo

“Eu aprendi que tem vários países na África que falam português, aprendi que Angola e o Brasil têm muitas coisas parecidas. Que a África tem mais ou menos 50 e poucos países. Eu queria aprender mais.”

Mariana Rodrigues

“Gostei muito da aula da Vanessa, adorei saber sobre Angola, adorei o conto “Filhos da Pátria”, do João Melo, é muito bom e pretendo ler este livro todo, me envolveu bastante, gostei muito, outra coisa que gostei também foi o jeito que a Vanessa explica, explica muito bem mesmo! A Angola é um país muito bom de estudar e gostaria de saber muito mais coisas sobre a Angola.”

Mirtha Gonçalves

² Os nomes dos alunos são fictícios, a fim de preservar a identidade dos mesmos.

“Nossa esse conto foi muito, mas muito bom. Mostra muito a realidade dos brasileiros ou até mesmo dos angolanos.

Digamos que a história nos deixa meio assustado no início, mas logo tu vai te acostumando com os palavrões e outras coisas que há no conto. Mas achei muito bom o trabalho da Vanessa, nos contando alguns contos da África e etc. Mas o conto (O Feto) me deixou muito “comovida” com a história da prostituta. Pois nos mostra bem a realidade de algumas pessoas. Amei esse conto, queria poder ter mais oportunidade para conversar mais sobre esse conto.”

Renata Teixeira

2.5 BRASIL E ANGOLA: DUAS REALIDADES NÃO TÃO DISTINTAS

Brasil e Angola são dois países que, mesmo separados pelo oceano Atlântico, preservam características comuns advindas da colonização portuguesa. Segundo alguns estudiosos, a chegada dos primeiros europeus, em Angola, ocorrera nos fins do século XV, quando o navegador português Diogo Cão aportou à foz do rio Congo ou Zaire. Com o tempo, começaram a se acentuar os laços de dependência do reino Congo em relação à Coroa Portuguesa. Outros reinos menores mais ao sul dependiam do reino Congo, como o da Matamba e o do Ndongo, de cujos soberanos, os ngola, provirá mais tarde o nome de Angola. Contudo, a resistência desses reinos não se manterá e em 1700 os portugueses dominavam em Angola uma área de 65 mil quilômetros quadrados, com o único objetivo de manter abertas as rotas de escravos-mercadoria dominantes no comércio naquela época, os quais eram exportados para Portugal, Brasil, Antilhas e América Central. Durante séculos, Angola continuou sendo explorada por Portugal e, a partir da década de sessenta do século XX, as lutas pela libertação desse país passaram a se intensificar. No dia 11 de novembro de 1975 é proclamada a independência de Angola. A independência dos outros países africanos de expressão portuguesa também ocorreu por volta dos anos setenta e o espantoso é que isso tenha se dado tão recentemente.

Com a independência e a guerra civil, cerca de 400 mil portugueses emigraram. Atualmente, a população é constituída quase totalmente por

bantos. A agricultura (com um amplo setor de economia de subsistência) e as atividades extrativas respondem pela maior parte do PIB e as indústrias de transformação contribuem apenas com 2,7%. A agricultura tradicional, com queimadas, produz mandioca, tanchagem e amendoim, ao N milho e sorgo, ao S; o café e o algodão são produzidos em pequenas propriedades; o açúcar e o sisal, em grandes plantações irrigadas na planície costeira. Angola também produz azeite-de-dendê, palmito, arroz, banana e tabaco. O rebanho contava, antes de 1975, com 2 milhões de bovinos e 700 mil ovinos, principalmente na província de Huila, mas foi dizimado. Angola dispõe de quatro grandes recursos minerais: o petróleo (enclave de Cabinda e arredores de Luanda), extraído por companhias estrangeiras associadas à Sonangol, é a principal fonte de renda; diamantes, produzidos no NE; ferro, no S; e sal, no litoral. A eletricidade é principalmente de origem hidráulica (barragem de Cambambé), cuja produção aumentou com a central de Kapanda (perto de Luanda), construída com ajuda da antiga URSS e do Brasil. Desde o final dos anos 80, o governo tem procurado atrair capitais estrangeiros e reabilitar os salários. O programa de ajuste econômico, que prevê a privatização de parte da economia, permitiu a Angola tornar-se membro do FMI, em 1989. É cada vez mais forte a presença do capital estrangeiro em Angola e exemplos dessa abertura foram as concessões de exploração do petróleo à EXXON e à Royal Dutch/Shell.

Quanto à geografia de Angola, pode-se afirmar que o clima é quente, devido à posição intertropical do país, e as precipitações são desiguais: menores no S e maiores no planalto (1.000 a 1800 mm), onde as temperaturas médias baixam devido à altitude (18-19°C). Sob o efeito da corrente fria de Benguela, as chuvas são escassas no litoral (374 mm em Luanda, apenas 50 mm próximo à fronteira com a Namíbia). A densa floresta tropical confina-se ao N e no enclave de Cabinda; a floresta de transição recobre os planaltos internos; nas outras regiões dominam as savanas, que dão lugar, ao S, a uma estepe muito pobre, quase desértica nas proximidades da Namíbia.

Em relação à história do Brasil, muitos estudiosos afirmam que os primeiros brasileiros foram os índios e, apesar de muitas teorias a respeito disso, a mais plausível e aceita é a de que a América tenha sido povoada por caçadores nômades que migraram da Ásia, cruzando pela ponte de gelo que, durante as eras glaciais, unia a Sibéria ao Alasca, através do estreito de

Bering. Séculos mais tarde, em 22 de abril de 1500, chegavam ao Brasil 13 caravelas portuguesas lideradas por Pedro Álvares Cabral. À primeira vista, eles acreditavam tratar-se de um grande monte, e chamaram-no de Monte Pascoal. No dia 26 de abril, foi celebrada a primeira missa no Brasil. Mesmo com a descoberta das terras brasileiras, Portugal continuava empenhado no comércio com as Índias, pois as especiarias que os portugueses encontravam lá eram de grande valia para sua comercialização na Europa. Portugal realizava no Brasil o extrativismo do pau-brasil, explorando da Mata Atlântica toneladas da valiosa madeira, cuja tinta vermelha era comercializada na Europa. Foi somente a partir de 1530, com a expedição organizada por Martin Afonso de Souza, que a coroa portuguesa começou a interessar-se pela colonização da nova terra. Isso ocorreu, pois havia um grande receio dos portugueses em perderem as novas terras para invasores que haviam ficado de fora do tratado de Tordesilhas, como, por exemplo, franceses, holandeses e ingleses.

Com o interesse pelas terras brasileiras, a escravidão começou a acentuar-se, de modo que os colonos portugueses iniciaram escravizando os índios, porém a oposição dos religiosos dificultou esta prática. Os colonos partiram para suas colônias na África e trouxeram os negros para trabalharem nos engenhos de açúcar da região Nordeste. A maioria dos escravos recebia péssimo tratamento. Comiam alimentos sem qualidade, dormiam na senzala (espécie de galpão úmido e escuro) e recebiam castigos físicos. O transporte dos africanos era feito em navios negreiros que apresentam desumanas condições. Diante de tanta injustiça, muitos lutavam contra todas essas mazelas e acabavam fugindo para os quilombos, onde podiam vivenciar a sua cultura. Somente em 1888, a Lei Áurea é decretada. Após o período colonial, ocorreu outro momento da história brasileira conhecido como Brasil Império, compreendido entre 7 de setembro de 1822 (Independência do Brasil) a 15 de novembro de 1889 (Proclamação da República). Neste período, o Brasil teve dois monarcas portugueses: D. Pedro I e D. Pedro II, contudo é importante lembrar que de 1831 a 1840 teve o período regencial, esse que foi governado por regentes, pois D. Pedro II ainda não havia adquirido a maioridade. Depois, o Período da República surgiu e nele aconteceram muitas lutas importantes. A luta contra a ditadura militar, na década de sessenta, foi uma delas e o

movimento conhecido como “Fora Collor”, no qual grande parte da população brasileira se uniu para tirar do governo o ex-presidente do Brasil, Fernando Collor de Mello, também teve grande destaque.

História por história, o que podemos observar é que Brasil e Angola possuem muitas semelhanças, a começar pela sua geografia, que faz com que o clima do país angolano seja muito parecido com o da região nordeste da nação brasileira. Além disso, Angola é riquíssima em petróleo, assim como o Brasil. Também cabe salientar que angolanos e brasileiros tiveram seu primeiro contato devido à colonização comum (Portugal) e ao tráfico de escravos. A partir daí, o Brasil sofreu grande influência de Angola, principalmente no que diz respeito à cultura. Os cantos, assim como as danças africanas, foram importantíssimos para a construção do que hoje chamamos de “cultura brasileira”, e é interessante lembrar que a capoeira, hoje popularmente conhecida e difundida entre os brasileiros, um dia foi proibida no Brasil e só a partir da década de 1930 ela foi liberada. Em relação à religiosidade, as tradições religiosas afro-brasileiras tiveram raízes africanas, o Candomblé, por exemplo, teve sua origem no nordeste brasileiro; a Umbanda já se originou no Rio de Janeiro, a partir do agrupamento da prática de vários credos, inclusive o catolicismo. Vatapá, acarajé, caruru, mungunzá, sarapatel, baba de moça, cocada e bala de coco são apenas algumas das contribuições africanas para a cozinha brasileira. A tão popular feijoada, no Brasil, foi originada nas senzalas e era feita das sobras de carnes que os senhores de engenhos não comiam.

Contudo, também saliento que existem outras semelhanças não tão agradáveis, como: a desigualdade, a exclusão social, o trabalho infantil e a cruel violação dos Direitos Humanos. Sendo assim, o que me chama a atenção é que existe um grande paradoxo que ocorre dentro do Brasil e Angola: ambos possuem abundância em riquezas naturais, ao mesmo tempo em que possuem uma grande parte da população à beira da marginalização. A partir disso, um dos questionamentos que surgem é como um país como o Brasil, bem posicionado economicamente, consegue ficar em penúltimo lugar no ranking global da educação? Descaso ou não do governo, o que precisamos prestar a atenção é que, muitas vezes, a verba destinada à educação é pequena; em países como Angola, segundo uma pesquisa apresentada pela Folha de São Paulo, mostra que:

Conflitos armados tiram 28 milhões de crianças das salas de aula. A situação é agravada porque 21 países gastam mais com a área militar do que com o ensino primário. O texto defende também uma maior ajuda das nações desenvolvidas para combater o problema.

Atualmente, em relação a parcerias entre Brasil e Angola, no âmbito político-econômico, pode-se dizer que são estratégicas, e foram intensificadas a partir do Governo Lula. O Brasil possui um embaixada em Luanda, e Angola possui uma embaixada em Brasília e um consulado no Rio de Janeiro. Hoje, existem muitas empresas brasileiras no país angolano e a influência que o Brasil estabelece em relação ao país africano é realmente surpreendente, não só economicamente. Culturalmente, o Brasil tem se tornado um grande expoente para o restante do mundo, em Angola existe um grande mercado a céu aberto, conhecido como Roque Santeiro, sendo que este nome é de uma grande novela brasileira transmitida no Brasil, na década de 1980, e anos mais tarde transmitida em outros países. A música brasileira também é muito popular em Angola, assim como nossos artistas. Em relação à diáspora africana, cabe ressaltar que muitos africanos, principalmente de Angola, vieram para o Brasil para fugir da guerra civil que durante muitos anos assolou este país. Em 1996, o Brasil enviou militares do exército brasileiro para atuarem em missão de paz pela Organização das Nações Unidas (ONU). A partir disso, gostaria de propor uma reflexão: estaria o Brasil “colonizado” assumindo as vestes de país “colonizador”? Questionamentos à parte, precisamos prestar atenção no século XXI e nas nações que nela estão “despertando”.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na última aula de Estágio II que tive na Universidade, o professor Arcanjo – responsável pela disciplina – citou um pensamento que decidi “tomar” para mim ao decorrer da minha vida, e esse é o de que “nunca podemos nos dar como formados”. Ou seja, o conhecimento nos é oportunizado a cada dia pelos caminhos em que trilhamos e por meio das pessoas que conhecemos nesta trilha. Nesta pequena jornada intitulada “vida”, passamos por várias fases e na fase “da graduação”, eu fui atraída por dois assuntos: a educação e a literatura. Com o tempo, aprendi que elas poderiam ser fortes aliadas e decidi fazer o meu trabalho de conclusão sobre “A importância das Literaturas Africanas para a construção da identidade do povo brasileiro”, pois acredito que precisamos conhecer um pouco de nós. É preciso olhar para o passado para entendermos o presente.

Nesta análise sobre o passado e a respeito do presente, não poderia pensar na Educação, no espaço escolar, sem observar o seu currículo. O que pensamos quando escutamos essa palavra? A mim, remete a ideia de identidade, essa associada ao indivíduo. Poderia pensar no currículo, como documento pessoal de uma pessoa que utiliza desse meio para se organizar, no papel, suas atividades feitas ao longo da vida ou também poderia pensar no currículo relacionado ao grupo de atividades que o aluno tenha que exercer numa determinada instituição. Contudo, o que me chama a atenção é que ambas as significações “mexem com a identidade” tanto singular como plural de uma sociedade. Afinal, ambos estão inseridos num contexto histórico e nos revelam um pouco do modo de produção que a nossa sociedade vive.

Por meio do livro *Documentos de Identidade: uma introdução às teorias do currículo*, do estudioso Tomaz Tadeu da Silva, pude compreender melhor sobre as questões referentes ao currículo e acompanhar as teorias que falam sobre isso. A teoria tradicional, por exemplo, acredita que o currículo deve ser essencialmente técnico, como se a escola tivesse que funcionar de forma semelhante a uma empresa comercial. Entretanto, surgem as teorias críticas que questionam essa teoria tradicional que, segundo estudiosos, são as

responsáveis pelas injustiças sociais por se tratarem de um aparelho ideológico do Estado. Paulo Freire, grande pesquisador na área da educação, também critica o currículo por meio da ideia de “educação bancária”; segundo ele, a experiência do educando precisa ser valorizada, algo que a teoria tradicional tecnicista não leva em consideração. Sendo assim, surge uma nova proposta que viabiliza com que o ensino leve em consideração o saber do indivíduo: o currículo multiculturalista, esse que cria uma possibilidade de abordagem e de inclusão de grupos raciais e étnicos e, representa um importante instrumento de luta política. O currículo como uma prática cultural é aquele que vai ao encontro do aluno. Ou seja, ele não está ali simplesmente para moldar um indivíduo, mas para compreender as suas necessidades, fazer com que ele procure entender a sua identidade, pois só assim o sujeito terá autonomia. Autonomia essa que cria a possibilidade dos alunos não apenas reproduzirem, mas serem autores.

Ao pesquisar sobre a Literatura Africana, descobri um pouco sobre o continente africano, mais especificamente sobre o país Angola, e lamentei por saber que assim como os índios, as histórias de luta e resistência dos negros não são fortemente ensinadas nas escolas, por aprender em sala de aula uma versão eurocêntrica da história da humanidade e por vivenciar, sendo negra, o preconceito que a sociedade pratica com aqueles que não possuem a “pele branca como a neve”. Contudo, também senti muito orgulho de saber daqueles que vieram antes de mim e ajudaram a construir a história do Brasil. Senti orgulho de conhecer sobre a minha identidade, pois dentro desta longa história de luta dos negros contra a discriminação, para mim o grande exemplo que fica é o da resistência. Sendo assim, não poderia deixar de citar Zumbi dos Palmares que foi um conhecido líder quilombola que lutou constantemente pela não apropriação do Quilombo dos Palmares. Consta nos registros históricos que 1673 é a data do primeiro registro histórico referente a Zumbi e seu nome aparece em relatos portugueses sobre uma expedição que foi derrotada pelos quilombolas. No dia 20 de novembro de 1695, Zumbi é delatado por um antigo companheiro – depois de localizado, ele é preso e degolado. Hoje, à memória da morte de Zumbi dos Palmares, celebramos o dia 20 de novembro o Dia da Consciência Negra.

Para concluir, afirmo que o meu desejo como educadora é que a Literatura Africana possa ajudar para que o dia da consciência negra, não fique restrito somente a uma data, mas que a mesma seja espalhada pelo resto dos dias, a fim de que possamos refletir sobre algo tão importante que é a liberdade. Essa que, segundo Paulo Freire: "é uma conquista, e não uma doação, exige permanente busca. Busca permanente que só existe no ato responsável de quem a faz. Ninguém tem liberdade para ser livre: pelo contrário, luta por ela precisamente porque não a tem. Ninguém liberta ninguém, ninguém se liberta sozinho, as pessoas se libertam em comunhão."

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Antonio Lobo. *As naus*. Rio de Janeiro : Alfaguara, 2011, c1988.

CANDIDO, Antonio. *Vários escritos* – edição revista e ampliada. São Paulo: Duas Cidades, 1995.

CHABAL, Patrick, *Angola: the weight of history*. Hardcover: 2007.

———. *O estado pós-colonial na África de expressão portuguesa*. Categorias: Soronda Nr. 15 - 1993. ID Título: S_1993_15_02.

———. *The postcolonial literature of lusophone Africa*. Paperpeck, 2002.

———. *What is Africa? Interpretations of post-colonialism and identity*. In: Pós-colonialismo e identidade nacional. Porto: Universidade Fernando Pessoa.

HALL, Stuart. *A identidade cultural na pós-modernidade*, DP&A Editora, 1ª edição em 1992, Rio de Janeiro, 11ª edição em 2006, 102 páginas, tradução: Tomaz Tadeu da Silva e Guacira Lopes Louro).

FREYRE, Gilberto. *Casa-grande & Senzala: formação da família brasileira sob o regime de economia patriarcal*. São Paulo: Global, 2006.

JÚNIOR, Hilário Franco. *Cocanha – A História de um País Imaginário*, São Paulo: Companhia das Letras, 1998.

MACEDO, José Rivair. *Desvendando a história da África*. Porto Alegre. Editora da Ufrgs, 2008.

MELO, João. *Filhos da Pátria*. Rio de Janeiro: Record, 2004.

MELLO, José Roberto. *O cotidiano no imaginário medieval*. São Paulo: Contexto, 1992.

MUNANGA, kabengele. *Superando o racismo na escola*. 2ª edição revisada. – (Brasília): Ministério da Educação, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade, 2008.

PROPP, Vladimir. *Comicidade e Riso*. São Paulo : Ática, 1992.

ROSA, Manuel Ferreira. *A escola para Angola: Lema escola diferente*. In: Ultramar, Vol. V, nº 2 (4º trimestre 1964), p. 28/43.

SANTOS, Boaventura de Sousa. *Currículo sem fronteiras*, v.3, n.2, pp.5-23, Jul / Dez 2003.

SILVA FILHO, *Urbano Cavalcante da. Identidade, história, paródia e desterritorialização: uma viagem n'As Naus de António Lobo Antunes*. In: III SEMINÁRIO DE TEORIA E HISTÓRIA LITERÁRIA: Convergências Literárias – UESB, 2007, Vitória da Conquista (BA). Disponível em: Acesso em: 14 mai. 2012.

SOLETRAS, Ano IX, Nº 17. São Gonçalo: 50 UERJ, jan./jun.2009.